



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

e-DOC 97A3B52C
Proc 00600-00004885/2020-08-e

PROCESSO Nº: 00600-00004885/2020-08-e

JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF – SEDES/DF

ASSUNTO: Análise das Dispensas de Chamamento Público com base na Lei 13.019/2014 que levaram aos Termos de Colaboração Emergenciais 01/2020 e 02/2020: Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Achado/ Irregularidade	Data / Período de Ocorrência do Fato	Responsável (Nome e CPF)	Cargo / Função	Período de Exercício no Cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
Achados 1 a 6 – Irregularidades na fase de planejamento e divulgação das Dispensas de Chamamento Público que levaram aos ajustes dos TC 01/2020 e TC 02/2020 e falhas na etapa de seleção da entidade parceira do TC 01/2020 (§ 2º, art. 24 da Lei 13.019/2014; art. 12 do Decreto 37.843/2016)	28/03/2020	Kariny Geralda Alves Veiga CPF: 873.074.721-04	Subsecretaria de Assistência Social	Desde 26/07/2018	Elaborar Notas Técnicas para seleção de OSC para Serviço de Proteção de Calamidades Públicas e de Emergências sem os elementos essenciais que detalham o ajuste a ser firmado e com ausência de informações acerca das ações públicas que já foram realizadas com o propósito do ajuste a ser celebrado. Realizar Dispensa de Chamamento Público com ausência de prazos razoáveis entre a	A Subsecretária elaborou a Nota Técnica 11/2020 (e-DOC E93EE009, pág. 337/344), documento base para a realização da Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 01/2020, com ausência de informação acerca do local de execução do Serviço e com critérios de seleção que levaram a celebração de parceria por valor global menos vantajoso para a Administração Pública. Tanto na Nota Técnica 11/2020 (TC 01/2020) quanto na Nota Técnica 15/2020 (e-DOC BD9D0050-e, pág. 356), documento base para a realização da Dispensa de Chamamento Público que levou ao TC 02/2020, não constam justificativas para adoção do modelo de montagem completa da estrutura física para realização do Serviço de Proteção, configurando, restrição à competitividade. As Notas Técnicas não informam sobre a capacidade de atendimento existente na SEDES/DF que justificassem, adequadamente, a meta de atendimento para 200 pessoas nos alojamentos temporários.	Inexistente	Autorizar a audiência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente Razões de Justificativa, tendo em vista a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, II e III, da referida norma.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

e-DOC 97A3B52C
Proc 00600-00004885/2020-08-e

Achado/ Irregularidade	Data / Período de Ocorrência do Fato	Responsável (Nome e CPF)	Cargo / Função	Período de Exercício no Cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
					publicação e o recebimento das propostas.	Os prazos entre a publicação de Aviso de Dispensa de Chamamento Público e a apresentação da proposta foram exíguos, ocorreram em dias não úteis e em horários não convencionais, conforme indicado no Quadro 2 da Informação 05/2021 (e-DOC 8ADA3360-e, peça. 70).		
Achado 7 – Irregularidade: Estimativa do valor global do ajuste com valores majorados (Princípio da economicidade, fundamento da Lei 13.019/2014, art. 5º)	28/03/2020	Luiz Claudio Vieira de Souza CPF: 668.384.871-87	Gerente de Compras	Desde 01/08/2019	Realizar pesquisa de preços, Planilha Comparativa de Preços, para estimar o valor global do ajuste, com majoração de valores.	<p>O Gerente foi responsável pela cotação de despesas para estimativa do valor global para realização de Dispensa de Chamamento Público com objetivo de selecionar OSC para Serviço de Proteção de Calamidades Públicas e de Emergências (e-DOC E93EE009, pág. 326/334)</p> <p>A Planilha Comparativa de Preços apresenta valores majorados. Itens cotados com base em preços de aquisição (camas, travesseiros, roupeiro, computadores, entre outros) foram orçados na Planilha com valores triplicados, elevando o valor estimado global do ajuste em pelo menos R\$ 319.707,28, conforme indicado no Quadro 4 da Informação 05/2021 (e-DOC 8ADA3360-e, peça. 70).</p> <p>A celebração do TC 01/2020, com base na Planilha Comparativa de Preços, gerou um prejuízo ao erário, de, no mínimo, R\$ 108.714,98, conforme explanado nos §§ 76 a 81 da Informação 05/2021 (e-DOC 8ADA3360-e, peça. 70).</p>	Inexistente	Autorizar a audiência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente Razões de Justificativa, tendo em vista a possibilidade de conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

e-DOC 97A3B52C
Proc 00600-00004885/2020-08-e

Achado/ Irregularidade	Data / Período de Ocorrência do Fato	Responsável (Nome e CPF)	Cargo / Função	Período de Exercício no Cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
Achado 7 – Irregularidade: Estimativa do valor global do ajuste com valores majorados (Princípio da economicidade, fundamento da Lei 13.019/2014, art. 5º)	28/03/2020	Francisco de Assis Peres Soares CPF: 176.759.953-68	Subsecretário de Administração Geral	De 10/10/2019 a 20/04/2020	Ratificou a Planilha Comparativa de Preços, com valores majorados, para ser base da Dispensa de Chamamento Público que teve por objetivo selecionar OSC para Serviço de Proteção de Calamidades Públicas e de Emergências	<p>O Subsecretário ratificou a Planilha Comparativa de Preços, com valores estimados majorados, sem exigir a adoção de correções e ajustes no cálculo (somatórios) dos itens pesquisados para fins de aquisição, sendo que os itens foram orçados com valores triplicados (e-DOC E93EE009, pág. 336)</p> <p>A Planilha Comparativa de Preços apresenta valores majorados. Itens cotados com base em preços de aquisição (camas, travesseiros, roupeiro, computadores, entre outros) foram orçados na Planilha com valores triplicados, elevando o valor estimado global do ajuste em pelo menos R\$ 319.707,28, conforme indicado no Quadro 4 da Informação 05/2021 (e-DOC 8ADA3360-e, peça. 70).</p> <p>A celebração do TC 01/2020, com base na Planilha Comparativa de Preços, gerou um prejuízo ao erário, de, no mínimo, R\$ 108.714,98, conforme explanado nos §§ 76 a 81 da Informação 05/2021 (e-DOC 8ADA3360-e, peça. 70).</p>	Inexistente	Autorizar a audiência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente Razões de Justificativa, tendo em vista a possibilidade de conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

e-DOC 97A3B52C
Proc 00600-00004885/2020-08-e

Achado/ Irregularidade	Data / Período de Ocorrência do Fato	Responsável (Nome e CPF)	Cargo / Função	Período de Exercício no Cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
Achado 7 Irregularidade: ausência de exame de compatibilidade de custos do TC 01/2020 com os valores praticados no mercado §3º do art. 28 do Decreto 37.843/2016; art. 23, parágrafo único, inciso IV da Lei 13.019/2014 e art. 26, inciso IV da Portaria 290/2017.	De 04/04/2020 a 01/01/2021	Francisco de Assis Peres Soares CPF: 176.759.953-68	Subsecretário de Administração Geral	De 10/10/2019 a 20/04/2020	Não realizar o exame de compatibilidade de custos do TC 01/2020 com os valores praticados no mercado, conforme exigido no §3º do art. 28 do Decreto 37.843/2016; art. 23, parágrafo único, inciso IV da Lei 13.019/2014 e art. 26, inciso IV da Portaria 290/2017.	Conforme Regimento Interno da SEDES/DF, Decreto 38.362/2017, art. 16, inciso I, compete à SUAG, dirigir, coordenar e controlar a execução setorial das atividades sistêmicas de gestão de pessoas, recursos logísticos, planejamento, orçamento, execução orçamentária e financeira, gestão de termos de colaboração, dentre outras competências.	Inexistente	Autorizar a audiência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem Razões de Justificativa, tendo em vista a possibilidade de conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma
		Rafael Tomaz de Magalhães Saud CPF: 037.147.851-08		Desde 20/04/2020		Não constam dos autos do TC 01/2020 documentos que demonstrem que foi realizado pela SUAG o exame de compatibilidade dos custos indicados no Plano de Trabalho com os valores praticados no mercado. Consta da Nota Técnica 05/2020 da Coordenação de Proteção Social Especial, sugestão para que as áreas competentes da SEDES/DF realizassem a apreciação dos valores aprovados para celebração do TC 01/2020(e-DOC E93EE009, pág.1723). A ausência de exame de compatibilidade de custos do TC 01/2020 com valores praticados no mercado permitiu que ocorresse execução de custos acima do estimado para, pelo menos, 17 itens dos 26 elencados pela SEDES/DF, conforme demonstrado no quadro 5 da Informação 05/2021 (e-DOC 8ADA3360-e, peça. 70).		



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

e-DOC 97A3B52C
Proc 00600-00004885/2020-08-e

Achado/ Irregularidade	Data / Período de Ocorrência do Fato	Responsável (Nome e CPF)	Cargo / Função	Período de Exercício no Cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
Achado 9 - Ausência de formalização da redução do custo global da parceria do TC 01/2020 (Princípio da economicidade, fundamento da Lei 13.019/2014, art. 5º)	08/06/2020 a 01/01/2021	Rafael Tomaz de Magalhães Saud CPF: 037.147.851-08	Subsecretário de Administração Geral	Desde 20/04/2020	Não formalizar a redução do custo global da parceria do TC 01/2020, conforme aprovado pela Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento	<p>Conforme Regimento Interno da SEDES/DF, Decreto 38.362/2017, art. 16, inciso I, compete à SUAG, dirigir, coordenar e controlar a execução setorial das atividades sistêmicas de gestão de pessoas, recursos logísticos, planejamento, orçamento, execução orçamentária e financeira, gestão de termos de colaboração, dentre outras competências.</p> <p>A SUAG não formalizou a recomposição e a redução do custo global da parceria, conforme proposto pela Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, Memorando 83/2020 e Ofício 164/2020 da SUBSAS (e-DOC E93EE009, pág. 1206, 1221/1247, 1266, 1268).</p> <p>A falta da adequada formalização de Termo Aditivo ao TC 01/2020, com base na Nota Técnica 5/2020 da Diretoria de Serviços de Acolhimento, apresentou possíveis dano ao erário da ordem de R\$ 108.714,98, conforme explanado nos §§ 102 a 104 da Informação 05/2021 (e-DOC 8ADA3360-e, peça. 70).</p>	Inexistente	Autorizar a audiência para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem Razões de Justificativa, tendo em vista a possibilidade de conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a eventual aplicação da multa prevista no art. 57, III, da referida norma

Data de elaboração: 02/02/2021
Elaboração: Márcia Helena da Silva

Data de revisão: 09/02/2021
Revisão: Davi Assunção S. N de Castro